PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA SOBRE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO PARA OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE JACOBINA/BA

Oliveira, Elaine Guirra[1]
Silva Júnior, João Santos da[2]
Miranda, Helga Porto[3]

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da educação básica marcada pela diversidade de trajetórias, idades, experiências sociais e percursos de escolarização. Quando se trata da presença de estudantes com deficiência nessa modalidade, o compromisso com o direito à educação exige que as instituições escolares enfrentem barreiras que podem limitar a participação, a aprendizagem, a comunicação e a autonomia. A inclusão, portanto, não se resume à matrícula ou à presença física na sala de aula: envolve a organização do trabalho pedagógico, a acessibilidade, o reconhecimento das diferenças e a construção de condições para que cada estudante participe da vida escolar.

É nesse cenário que se insere a atuação dos profissionais de apoio escolar. Sua presença pode favorecer a segurança, a comunicação, a participação e a realização de atividades cotidianas por estudantes que necessitam de suporte. Entretanto, esse trabalho não deve ser compreendido como uma ação isolada ou substitutiva da docência. A inclusão demanda corresponsabilidade entre professor regente, profissional de apoio, coordenação pedagógica, gestão escolar, Atendimento Educacional Especializado (AEE), família e demais atores envolvidos, respeitando-se as atribuições de cada profissional e as necessidades concretas dos estudantes.

Este artigo deriva de uma experiência de testagem de dispositivo metodológico desenvolvida no componente Laboratório de Prática e Pesquisa Educacional II (Lab II), no âmbito do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus IV - Jacobina. O trabalho tomou como foco a percepção de coordenadores pedagógicos da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Jacobina/BA sobre a atuação dos profissionais de apoio no acompanhamento de estudantes com

1 Mestranda em Educação e Diversidade-PPGED/UNEB, especialista em Psicopedagogia e Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo. E-mail: formacaoinfantil2020@gmail.com
2 Mestrando em Educação e Diversidade-PPGED/UNEB, especialista em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia. E-mail: joaosantos088@gmail.com
3 Doutora em Educação e Currículo. Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: helgaportopc@gmail.com

ISSN: 2358-8829

deficiência. A experiência teve caráter formativo e exploratório, voltado à experimentação de um instrumento de escuta e reflexão, e não pretende ser apresentada como uma investigação concluída ou representativa de toda a rede municipal.

A questão que orientou a atividade foi: como os coordenadores pedagógicos da EJA percebem o papel desempenhado pelos profissionais de apoio escolar no acompanhamento de estudantes com deficiência e quais desafios identificam na articulação desse trabalho com os professores e a equipe pedagógica? O objetivo foi testar o Instrumento para Grupo Reflexivo – Eixos Temáticos e Perguntas, inspirado no roteiro para grupos de discussão com professores desenvolvido na tese de doutorado da professora orientadora Helga Porto, e exercitar procedimentos de organização e interpretação das falas, com aproximação à análise de prosa proposta por Marli André (1983).

A relevância da experiência está em articular a reflexão metodológica à realidade da inclusão na EJA. A escuta dos coordenadores permitiu reconhecer a importância atribuída ao suporte oferecido aos estudantes, ao mesmo tempo que trouxe à tona desafios de alinhamento entre os profissionais e de disponibilidade de apoio no turno noturno. O texto apresenta, inicialmente, o percurso metodológico e os fundamentos teóricos; em seguida, discute os eixos interpretativos que emergiram da escuta; por fim, registra contribuições e limites da testagem do instrumento para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

METODOLOGIA

A experiência foi desenvolvida no contexto formativo do componente Laboratório de Prática e Pesquisa Educacional II (Lab II), do Mestrado em Educação e Diversidade da UNEB, tendo como foco a testagem de um dispositivo de produção de informações por meio da escuta de coordenadores pedagógicos que atuam na Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Jacobina/BA. A abordagem assumida foi qualitativa, uma vez que o interesse esteve direcionado à compreensão de percepções, sentidos e desafios relatados pelos participantes, e não à mensuração estatística de ocorrências.

O dispositivo testado foi denominado “Instrumento para Grupo Reflexivo – Eixos Temáticos e Perguntas”. Sua elaboração foi inspirada no roteiro para grupos de discussão com professores presente na tese de doutorado da professora orientadora Helga Porto. A inspiração não significa reprodução integral do roteiro original: o instrumento foi mobilizado para experimentar perguntas organizadas por eixos, capazes de provocar a reflexão dos participantes

ISSN: 2358-8829

sobre a atuação dos profissionais de apoio, o trabalho colaborativo e as condições institucionais da inclusão na EJA.

A dinâmica de grupo reflexivo foi compreendida como espaço de diálogo e escuta, no qual os participantes poderiam relacionar suas experiências profissionais às questões propostas. O uso de perguntas orientadoras possibilitou organizar a conversa sem restringir os relatos a respostas fechadas. Nesse tipo de atividade, a função do instrumento é favorecer a expressão de experiências, identificar aproximações e diferenças entre percepções e produzir material para análise, preservando a complexidade das situações relatadas.

Após a escuta, as falas foram examinadas por meio de leitura crítica e organização temática. A análise de prosa, conforme a perspectiva metodológica associada a André (1983), orientou o exercício de identificar sentidos presentes nos relatos, relacionando as expressões dos participantes ao contexto em que o trabalho pedagógico ocorre. A análise não foi tratada como simples contagem de palavras ou classificação automática: buscou-se interpretar o que os relatos permitiam compreender sobre o lugar atribuído ao profissional de apoio e sobre as condições de colaboração no cotidiano escolar.

Para a sistematização inicial, foram organizados três eixos interpretativos: (1) o profissional de apoio como condição facilitadora da participação e da aprendizagem; (2) os desafios de articulação entre professor regente, profissional de apoio e coordenação pedagógica; e (3) a insuficiência ou descontinuidade da oferta de profissionais no turno noturno da EJA. Esses eixos representam uma organização analítica da experiência e devem ser compreendidos como categorias preliminares, passíveis de revisão em etapas posteriores de investigação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva exige uma mudança na forma como a escola compreende as diferenças e organiza as oportunidades de aprendizagem. Mantoan (2006) defende que a construção de uma escola inclusiva implica rever práticas e estruturas que produzem exclusão, em vez de esperar que os estudantes se ajustem a um padrão único. Essa compreensão é relevante para a EJA, onde estudantes com deficiência participam de uma modalidade atravessada por trajetórias escolares interrompidas, responsabilidades familiares e profissionais, diferentes idades e experiências de vida. Reconhecer essa diversidade requer práticas pedagógicas que não reduzam o estudante à deficiência e que considerem suas possibilidades de participação e aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) foi sancionada com o objetivo de que sejam garantidos os direitos das pessoas com deficiências, considerando:

> Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
> Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Portanto, a presença de um profissional de apoio pode constituir um recurso importante para reduzir barreiras, mas sua atuação precisa estar vinculada a um projeto pedagógico inclusivo. Lacerda (2017), ao discutir a inclusão escolar no campo do transtorno do espectro autista, contribui para o debate sobre a necessidade de compreender as demandas dos estudantes e de planejar apoios de maneira fundamentada, evitando que o acompanhamento se converta em isolamento ou substituição das interações com professores e colegas. Embora a obra tenha recorte específico, sua contribuição pode ser mobilizada com cautela para refletir sobre a importância de apoios articulados às necessidades individuais, sem generalizar suas discussões para todas as deficiências ou contextos.

No cotidiano escolar, a colaboração não acontece apenas pela presença simultânea de diferentes profissionais. Ela depende de comunicação, planejamento compartilhado, definição de responsabilidades e acompanhamento das aprendizagens. Vasconcellos (2019) compreende a coordenação do trabalho pedagógico em relação ao projeto político-pedagógico e às práticas desenvolvidas na sala de aula. Nessa perspectiva, a coordenação pedagógica pode criar condições para que as decisões sobre inclusão sejam parte do planejamento coletivo, e não uma tarefa atribuída exclusivamente ao profissional de apoio ou ao professor do AEE.

Placco, Souza e Almeida (2012) discutem o papel da coordenação pedagógica e destacam suas dimensões articuladora, formadora e transformadora. Essa leitura ajuda a compreender que a coordenação não se limita a acompanhar rotinas administrativas: cabe-lhe favorecer espaços de formação e diálogo, identificar necessidades da equipe e contribuir para a construção de respostas pedagógicas coletivas. No contexto da EJA, esse trabalho pode ser especialmente relevante diante da rotatividade docente, da organização do turno noturno e das especificidades de estudantes que retornam à escolarização depois de percursos interrompidos.

ISSN: 2358-8829

Para analisar as falas produzidas em uma atividade de grupo reflexivo, é necessário considerar os sentidos construídos pelos participantes em relação às condições reais de trabalho. André (1983), ao discutir a análise de dados qualitativos e a análise de prosa, oferece uma perspectiva para interpretar os registros considerando temas, mensagens e significados, sem separar o conteúdo das condições em que ele foi produzido. Assim, a análise exige movimento entre as falas, o contexto escolar e as questões teóricas que orientam o estudo. As categorias não são verdades definitivas: são construções interpretativas que precisam permanecer abertas à revisão e à confrontação com os dados.

Esses referenciais convergem para uma compreensão de que a inclusão escolar é uma responsabilidade institucional e coletiva. O profissional de apoio pode contribuir diretamente para o acesso e a participação, mas não pode, sozinho, compensar a ausência de planejamento, a falta de formação ou a insuficiência de condições de trabalho. A articulação entre apoio, docência e coordenação pedagógica constitui, portanto, um elemento central para que o suporte oferecido ao estudante não se converta em atendimento paralelo e para que a aprendizagem permaneça como responsabilidade de toda a escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização inicial das falas escutadas permitiu reconhecer temas recorrentes sobre a importância do profissional de apoio e as condições necessárias para que sua atuação contribua efetivamente para a inclusão. A discussão a seguir apresenta categorias interpretativas construídas a partir da experiência de testagem. Por se tratar de um exercício exploratório, elas não devem ser lidas como conclusões definitivas sobre todas as escolas municipais ou sobre todos os coordenadores pedagógicos da EJA.

1. O profissional de apoio como facilitador da participação e da aprendizagem

Um dos sentidos mais expressivos identificados na escuta foi o reconhecimento da importância do profissional de apoio para o acompanhamento de estudantes com deficiência. A presença desse profissional foi associada à maior segurança no cotidiano escolar, ao suporte para a participação nas atividades e à possibilidade de avanços em processos como leitura, escrita e comunicação, conforme sintetizado no resumo submetido ao Congresso Nacional de Educação – CONEDU 2026. Esse reconhecimento indica que, quando o apoio está disponível e sua atuação responde às necessidades do estudante, podem ser reduzidas barreiras que dificultam a participação na rotina da EJA.

ISSN: 2358-8829

Essa contribuição precisa ser compreendida em uma perspectiva de direitos. O apoio não deve ser interpretado como favor, concessão ou privilégio, mas como parte das condições necessárias à participação do estudante, sempre considerando suas necessidades e as atribuições profissionais previstas. Ao mesmo tempo, é importante evitar que o estudante permaneça dependente exclusivamente de uma pessoa ou separado dos demais integrantes da turma. O suporte precisa ampliar as possibilidades de participação, comunicação, aprendizagem e autonomia.

A reflexão também evidencia que a presença do profissional, isoladamente, não garante inclusão. A qualidade do acompanhamento depende da articulação com o professor regente, do acesso ao planejamento, da compreensão dos objetivos pedagógicos e da possibilidade de avaliar continuamente se as estratégias adotadas estão favorecendo a aprendizagem. Nessa direção, a contribuição do apoio ganha maior alcance quando está integrada ao trabalho da turma e aos objetivos educacionais do estudante.

2. Articulação pedagógica e trabalho colaborativo

Outro eixo identificado foi a dificuldade de alinhamento entre os profissionais que atuam com os estudantes com deficiência. A experiência apontou a percepção de que a Educação Especial, por vezes, é tratada como uma tarefa à parte, o que pode gerar isolamento institucional e limitar a construção de práticas colaborativas. Essa questão é especialmente relevante quando o profissional de apoio não participa do planejamento ou quando não há diálogo regular com o professor regente e a coordenação pedagógica.

Quando a responsabilidade pela inclusão é deslocada para um único profissional, corre-se o risco de estabelecer uma relação paralela entre o estudante e o apoio, enquanto a organização da aula permanece inalterada. Essa lógica contraria a compreensão de Mantoan (2006), para quem a inclusão requer mudanças na escola e em suas práticas, e não apenas a inserção do estudante em uma estrutura que continua produzindo barreiras. O planejamento deve considerar a turma como um coletivo diverso e prever estratégias que ampliem a participação de todos.

A coordenação pedagógica ocupa lugar estratégico na construção desse alinhamento. À luz de Vasconcellos (2019) e Placco, Souza e Almeida (2012), pode promover reuniões de planejamento, momentos de estudo, discussão de casos com foco pedagógico e avaliação conjunta das estratégias utilizadas. Tais ações não substituem a responsabilidade da gestão e das políticas públicas, mas ajudam a tornar a colaboração uma prática regular, e não uma iniciativa dependente da disposição individual de cada profissional.

ISSN: 2358-8829

A rotatividade de docentes na EJA, mencionada no resumo submetido, também pode dificultar a continuidade das ações. Mudanças frequentes na equipe fragilizam a construção de vínculos, a circulação de informações pedagógicas e a manutenção de estratégias já avaliadas. Por isso, é importante que as escolas construam registros pedagógicos objetivos, realizem acolhimento dos profissionais que ingressam e estabeleçam rotinas de diálogo que preservem a continuidade do trabalho, respeitando a privacidade dos estudantes.

3. Disponibilidade de profissionais de apoio no turno noturno

A oferta de profissionais de apoio no turno noturno apareceu como desafio relevante. Conforme relatado na experiência, nem todas as escolas que ofertam EJA na rede municipal de Jacobina/BA contam com a garantia desse profissional no período em que as aulas acontecem. Essa condição coloca em evidência a distância possível entre o reconhecimento da importância do apoio e a efetiva disponibilidade das condições necessárias para que os estudantes participem da escolarização.

A ausência ou a insuficiência de profissionais não deve ser tratada apenas como um problema de organização interna da escola. Ela demanda planejamento da rede, levantamento das necessidades de apoio, acompanhamento das matrículas e das barreiras encontradas no cotidiano, além de definição de critérios transparentes para a alocação dos profissionais. O turno noturno possui organização própria e precisa ser considerado nas decisões de gestão, para que a oferta da modalidade não represente acesso formal acompanhado de condições desiguais de participação.

A análise sugere, portanto, que a ampliação e a distribuição adequada dos profissionais de apoio devem caminhar junto com a formação das equipes e com o fortalecimento do trabalho colaborativo. A contratação de mais profissionais, apontada como necessidade, é um aspecto importante, mas precisa estar articulada a orientações claras sobre as funções do apoio, às responsabilidades do professor regente e aos mecanismos de acompanhamento pedagógico. A inclusão exige tanto recursos humanos quanto organização institucional capaz de dar sentido pedagógico a esses recursos.

4. Contribuições e limites da testagem do instrumento

Do ponto de vista metodológico, a testagem possibilitou exercitar o uso de eixos temáticos e perguntas abertas como disparadores de reflexão. A organização prévia dos temas ajudou a manter o foco na questão investigada e, ao mesmo tempo, permitiu que a escuta contemplasse dimensões que atravessam a experiência dos coordenadores: a importância do apoio, a relação com o professor regente, os desafios da colaboração e as condições de oferta

ISSN: 2358-8829

no turno noturno. O instrumento demonstrou potencial para favorecer uma conversa orientada sem transformar o encontro em aplicação rígida de questionário.

A aproximação à análise de prosa contribuiu para deslocar o olhar da simples descrição das respostas para a interpretação dos sentidos atribuídos pelos participantes. A construção de categorias exigiu relacionar os relatos ao contexto da EJA e às discussões sobre inclusão e coordenação pedagógica. Esse processo reforça que a análise qualitativa demanda explicitação do caminho interpretativo, coerência entre pergunta, material produzido e categorias e cuidado para não atribuir aos participantes afirmações que não foram efetivamente registradas.

A testagem também aponta aspectos a aperfeiçoar em aplicações futuras. Entre eles estão a revisão da clareza e da sequência das perguntas; a verificação de que os eixos não induzam respostas esperadas; a definição de procedimentos de registro e organização do material; e a elaboração de critérios explícitos para construir e revisar categorias. Também será importante distinguir, na escrita, aquilo que foi dito diretamente pelos participantes das interpretações formuladas pela pesquisadora.

Como limite, os achados apresentados são preliminares e vinculados a uma experiência formativa específica. Não se pretende generalizar as percepções para toda a rede, nem afirmar relações causais entre a presença do profissional de apoio e os resultados escolares. A experiência permite levantar questões relevantes e aperfeiçoar um dispositivo de pesquisa, mas estudos posteriores, com percurso metodológico explicitado e conjunto de dados sistematizado, poderão aprofundar a compreensão das diferentes realidades escolares da EJA em Jacobina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de testagem do Instrumento para Grupo Reflexivo – Eixos Temáticos e Perguntas, realizada no componente Lab II do Mestrado em Educação e Diversidade da UNEB, permitiu aproximar a discussão metodológica de uma questão concreta da educação inclusiva: a atuação dos profissionais de apoio escolar no acompanhamento de estudantes com deficiência na EJA da Rede Municipal de Ensino de Jacobina/BA. A escuta dos coordenadores pedagógicos destacou a importância desse suporte para a participação, a segurança e o desenvolvimento de aprendizagens, ao mesmo tempo que evidenciou desafios de articulação e de disponibilidade de profissionais no turno noturno.

Os eixos construídos indicam que a atuação do profissional de apoio precisa estar integrada ao planejamento pedagógico e ser acompanhada por ações de formação, diálogo e corresponsabilidade. A inclusão não pode ser delegada exclusivamente ao profissional de apoio,

tampouco pode depender da iniciativa individual de um professor. É necessário que a gestão escolar e a rede de ensino garantam condições de trabalho, espaços de planejamento coletivo e distribuição de profissionais coerente com as necessidades identificadas nas escolas.

No plano metodológico, a atividade contribuiu para compreender o grupo reflexivo como possibilidade de escuta e produção de sentidos, e a análise de prosa como exercício interpretativo que requer atenção ao contexto, aos relatos e aos limites das inferências. A testagem não encerra a validação do instrumento, mas oferece subsídios para seu aprimoramento, especialmente quanto à formulação das perguntas, ao registro das falas e à explicitação do percurso de categorização.

Como desdobramento, recomenda-se que futuras investigações ampliem e documentem o processo de aplicação do instrumento, explicitem os cuidados éticos e aprofundem a análise das condições de trabalho na EJA, incluindo a oferta de profissionais de apoio no turno noturno. Também se mostra pertinente investigar estratégias institucionais que fortaleçam a colaboração entre docentes, profissionais de apoio e coordenação pedagógica. A finalidade última dessa reflexão é contribuir para que estudantes jovens e adultos com deficiência tenham não apenas acesso à escola, mas condições concretas de participação, aprendizagem, autonomia e continuidade dos estudos.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Educação de Jovens e Adultos; Profissional de apoio escolar; Coordenação pedagógica; Grupo reflexivo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade do Estado da Bahia, ao componente curricular Laboratório de Prática e Pesquisa Educacional II (Lab II) e à professora orientadora Helga Porto pelas contribuições à reflexão metodológica e ao desenvolvimento da experiência formativa.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 45, p. 66-71, maio 1983.

LACERDA, Lucelmo. Transtorno do espectro autista: uma brevíssima introdução. Curitiba: CRV, 2017.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho De 2015. Acesso em 19/10/2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

ISSN: 2358-8829

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 754-771, set./dez. 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2019.